

**Legislação relevante no domínio da prevenção e combate à corrupção,
branqueamento de capitais e crime organizado**

Cabo Verde

Constituição da República de Cabo Verde:

- Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, de 3 de maio, que revê e republica a Constituição da República de Cabo Verde;
- Retificação de 26 de julho de 2010.

Código Penal:

- Decreto-legislativo n.º 4/2015, de 11 de novembro, que altera e republica o Código Penal aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 4/2003, de 18 de novembro.

Código de Processo Penal:

- Republicação retificada, de 23 de dezembro de 2015, do Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, republicando-se o Decreto-Legislativo n.º 5/2015, que havia procedido à alteração e republicação do mesmo;
- Lei n.º 112/VIII/2016, de 1 de março, que altera o Código de Processo Penal.

Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias:

- Decreto-legislativo n.º 6/2018, de 31 de outubro, que aprova o Código de Execução das Sanções Penais Condenatórias.

Combate e prevenção do tráfico de estupefacientes:

- Retificação e republicação de 29 de novembro de 1993 da Lei n.º 78/IV/93, de 12 de julho, que define os crimes do consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Decreto-Lei n.º 92/92, de 20 de julho, que estabelece as regras relativas ao controlo do mercado lícito dos estupefacientes, substâncias psicotrópicas e precursores;
- Resolução n.º 71/IV/94, de 19 de outubro, que aprova, para adesão, a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de 20 de dezembro de 1988;
- Resolução n.º 137/V/99, de 15 de novembro, que aprova, para efeitos de ratificação, o Acordo de Cooperação para o combate ao tráfico ilícito de

estupefacientes e substâncias psicotrópicas entre a República de Cabo Verde e a República de Cuba;

- Resolução n.º 138/V/99, de 15 de novembro, que aprova, para efeitos de ratificação, o Acordo de Cooperação no domínio da luta contra a droga e do branqueamento de capitais entre a República de Cabo Verde e a República do Senegal;
- Resolução n.º 61/VII/2008, de 3 de março, que aprova, para ratificação, a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre Países de Língua Oficial Portuguesa em matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, concluída em Lisboa (Portugal) e assinada em Luanda (Angola), no dia 26 de setembro de 1986;
- Resolução n.º 110/VIII/2014, de 10 de junho, que aprova, para ratificação, o Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado na Cidade da Praia (Cabo Verde), no dia 24 de março de 2014, com vista a promover a cooperação entre as Partes com o propósito de reforçar as suas capacidades de combate e resposta às atividades marítimas transnacionais ilícitas, incluindo nomeadamente o tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas;

Combate e prevenção da lavagem de capitais:

- Lei n.º 120/VIII/2016, de 24 de março, que altera e republica a Lei sobre a Prevenção do Crime de Lavagem de Capitais, aprovada pela Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de abril.

Combate e prevenção da corrupção:

- Resolução n.º 75/IX/2018, de 2 de março, que aprova, para adesão, a Declaração do Governo Aberto;
- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública¹;
- Decreto-Lei n.º 46/2015, de 21 de setembro, que aprova o Regulamento das Unidades de Gestão de Aquisições;
- Resolução n.º 31/VII/2007, de 22 de março, que aprova, para adesão, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Legislação penal e processual penal avulsa:

- Lei n.º 8/IX/2017, de 20 de março, que aprova as disposições penais materiais e processuais e relativas à cooperação internacional em matéria penal no domínio do cibercrime e da recolha de prova em suporte eletrónico;
- Lei n.º 119/VIII/2016, de 24 de março, que altera e republica a lei que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento, aprovada pela Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de janeiro;

¹ Alterado pela Lei 69/IX/2019, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2020).

- Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho, que aprova a Lei da Investigação Criminal²;
- Lei n.º 86/VIII/2015, de 14 de abril, que regula a instalação de sistemas de videovigilância em espaços públicos;
- Declaração de retificação de 1 de julho de 2015 à Lei n.º 86/VIII/2015, de 14 de abril;
- Lei n.º 6/VIII/2011, que aprova os princípios gerais da cooperação judiciária internacional em matéria penal;
- Lei n.º 78/VII/2010, de 30 de agosto, que aprova o regime de execução da política criminal³;
- Resolução n.º 116/VIII/2014, de 19 de novembro, que aprova, para adesão, da Convenção sobre o Cibercrime;
- Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro, que aprova a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade.

Organização Judiciária:

- Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de fevereiro, que aprova a Lei de Organização, Processo e Funcionamento do Tribunal de Contas⁴;
- Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei de Organização, competência e funcionamento dos tribunais judiciais⁵;

Provedoria de Justiça:

- Lei 29/VI/2003, de 4 de agosto, que aprova o Estatuto do Provedor de Justiça;
- Decreto-Lei n.º 24/2018, de 14 de maio, que regula a estrutura orgânica da Provedoria de Justiça.

Ministério Público:

- Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público;
- Lei n.º 16/IX/2017, de 13 de dezembro, que altera a Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Orgânica do Ministério Público.

Advogados:

- Lei n.º 91/VI/2006, de 9 de janeiro, que aprova o Estatuto da Ordem dos Advogados.

² Alterado e republicado pela Lei 56/IX/2019, de 15 de julho (Alteração e republicação da Lei de Investigação Criminal).

³ Alterado e republicado pela Lei 52/IX/2019, de 10 de abril (Alteração e republicação do Regime da Execução da Política Criminal).

⁴ Alterado pela Lei 69/IX/2019, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2020).

⁵ Alterado e republicado pela Lei 59/IX/2019, de 29 de julho (Alteração e Republicação da Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais).

Polícias:

- Lei n.º 13/IX/2017, de 4 de julho, que estabelece o regime, forma de criação, estatuto do pessoal, equipamentos e orgânica das polícias municipais;
- Decreto-Lei n.º 49/2017, de 14 de novembro, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro, que aprova a Orgânica da Polícia Nacional;
- Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de janeiro, que altera e republica o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro;
- Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, que aprova a nova Orgânica da Polícia Judiciária;
- Retificação de 10 de novembro de 2008 ao Decreto-Legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto;
- Decreto-Legislativo n.º 1/2017, de 15 de maio, que altera e republica o Estatuto do Pessoal da Polícia Judiciária;
- Lei n.º 18/VIII/2012, de 13 de setembro, que cria o Gabinete de Recuperação de Ativos na dependência da Direção Nacional da Polícia Judiciária.

Unidade de Informação Financeira:

- Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de março, que regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira;
- Portaria n.º 24/2015, de 28 de maio, que atualiza a composição da UIF.

Banco de Cabo Verde:

- Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de julho, que aprova a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

Inspeção-Geral das Finanças:

- Decreto-Lei n.º 48/2004, de 15 de novembro, que aprova a Orgânica da Inspeção-Geral de Finanças.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas:

- Decreto-Lei n.º 55/2015, de 9 de outubro, que aprova os novos estatutos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas;
- Decreto-Regulamentar n.º 12/2015, de 31 de dezembro, que aprova os novos Estatutos da Comissão de Resolução de Conflitos (órgão de natureza especial da ARAP).